



A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE ORGÂNICOS COMO TECNOLOGIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA D'IRITUIA

*Participatory organic certification as a social technology:
The case of the D'Irituia cooperative*

Philippe Jean Louis Sablayrolles¹
William Santos De Assis²

RESUMO

O trabalho analisa a viabilidade da certificação participativa de orgânicos para agricultores agroecológicos a luz de um estudo de caso envolvendo a cooperativa D'Irituia, localizada no nordeste paraense. Caracteriza a certificação participativa como tecnologia social através de revisão do papel das relações sociais na tecnologia e na inovação, pautando-se em uma visão crítica da legislação que regula a certificação de orgânicos, e no papel da certificação de orgânicos na construção social de mercados para produtos diferenciados da agricultura familiar. Apresenta a parceria entre pesquisadores e membros da cooperativa e as etapas de implantação da certificação participativa. Dentre os principais resultados do artigo, identifica quatro questões chaves para a viabilidade do processo: a estrutura social do grupo cooperado; sua capacidade de ajustes na esfera produtiva e organizacional; os problemas técnicos relacionados à transição para a produção orgânica, notadamente as questões de fertilização e de controle fitossanitário; a possibilidade de produção local ou aquisição de insumos orgânicos.

Palavras-chaves: agricultura familiar; cooperativa agrícola; tecnologia social; certificação participativa de orgânicos; Amazônia.

ABSTRACT

The work analyzes the feasibility of participatory organic certification for agroecological farmers in the light of a case study involving D'Irituia cooperative, located in the northeast of Pará state Brazil. It characterizes participatory certification as social technology by reviewing

¹ Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – Ineaf, Universidade Federal do Pará <philippe_sablayrolles@hotmail.com>

² Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – Ineaf/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, Universidade Federal do Pará <williamassis@ufpa.br>

the role of social relationships with regard to technology and innovation, based on a critical view of the legislation that regulates organic certification. The role of organic certification in the social construction of markets for distinct goods produced by family farmers is also examined. The study presents the partnership between researchers and members of the cooperative and the stages of implementing participatory certification. Main research results include: the identification of four central issues key to the viability of the process: the social structure of the cooperative; the group's ability to adjust in the productive and organizational spheres; technical problems related to the transition to organic production, notably issues related to crop fertilization and phytosanitary control and the possibility of local production or acquisition of organic inputs.

Keywords: family farming; agricultural cooperative; social technology; participatory certification of organics; Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

O início do novo século mostra uma convergência global entre os anseios da sociedade por mais sustentabilidade ambiental e social, e as estratégias diferenciadas de comercialização dos agricultores familiares, orientadas pela qualidade. Os impasses do sistema alimentar industrial estão cada vez mais presentes na consciência pública, à medida que os problemas de qualidade nutricional e sanitária afloram na grande mídia. O movimento agroecológico brasileiro elabora na teoria e na prática um sistema agroalimentar alternativo, visando a soberania alimentar, com novas exigências: luta contra a pobreza e segurança alimentar, qualidade dos alimentos, justiça e equidade nas relações econômicas, técnicas de produção coerentes com a sustentabilidade ambiental e a geração de serviços ecossistêmicos. Do outro lado, os

agricultores familiares, buscando uma autonomia maior em relação aos mercados característicos dos “impérios alimentares”, elaboram estratégias próprias de comercialização orientadas pela diferenciação da qualidade dos produtos (VAN DER PLOEG, 2016).

A legislação de orgânicos implantada no Brasil desde 2003 (Lei 10.831 de 23/12/2003, BRASIL, 2003) visa ordenar a oferta de produtos de qualidade nos mercados, oferecendo garantias para os consumidores, através de processos de monitoramento contínuos das práticas de produção. A modalidade de certificação participativa atribui à organização de fornecedores e seus colaboradores, podendo ser representados os consumidores, a responsabilidade do monitoramento da conformidade orgânica, sob supervisão do Ministério da Agricultura Pecuária e

Abastecimento (MAPA). É considerada mais vantajosa que a modalidade de certificação por auditoria externa pelas organizações da agricultura familiar, pelo maior domínio técnico e econômico que permite. No entanto, os organismos de certificação participativa registrados no Brasil, 13 anos após sua regulamentação (Decreto 6.323 de 27/12/2007, BRASIL, 2007)³, não passam de 27, conforme os dados oficiais em 2020, nenhum sendo registrado no Pará (MAPA, 2020). As funções que devem assumir essas organizações são desafiadoras de vários pontos de vista (SERVA; ANDION, 2004). Sua relação com os associados, ao lado das funções usuais de serviço de comercialização e financiamento, também envolve mecanismos de apoio e controle técnico à nível da produção.

A oportunidade que representa a produção orgânica certificada do ponto de vista dos agricultores familiares do Pará passa pela análise de viabilidade do processo de certificação, particularmente de certificação participativa, para

organizações de tamanho e experiência reduzidos, que caracterizam o movimento associativo e cooperativo da região (ROCHA, 2020). Este trabalho discute esta viabilidade a partir do estudo de caso da Cooperativa D'Irituia, localizada no Nordeste Paraense. É uma organização de agricultores familiares agroecológicos, criada em 2011, com sistemas de produção diversificados, objetivando abrir canais de comercialização para produtos de qualidade. A cooperativa conduz desde 2018, uma parceria com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (INEAF-UFPA)⁴, para a implantação da certificação participativa dos produtos orgânicos de seus membros.

Apresentaremos em primeiro lugar uma série de discussões teóricas relacionadas à geração da qualidade orgânica de produtos enquanto tecnologia social. A certificação participativa será caracterizada enquanto inovação tecnológica, envolvendo a gestão de redes sociais, e serão discutidas as metodologias

³ Os OPAC e SPG só foram habilitados com a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 (HIRATA *et al.*, p. 13). Os primeiros SPG foram criados em 2010.

⁴ A parceria Cooperativa D'Irituia – INEAF é objeto do projeto “Implantação da Certificação

Participativa de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar do Nordeste Paraense – PA” financiado pelo CNPq no Edital CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - TECNOLOGIA SOCIAL.

para conduzir parcerias neste tema entre técnicos/pesquisadores e agricultores. Traremos elementos críticos da legislação brasileira de orgânicos do ponto de vista da agroecologia, e discutiremos os mecanismos de construção de mercados diferenciados pelos agricultores familiares e as novas funções que devem assumir suas organizações neste campo.

Isso nos permitirá num segundo lugar apresentar o método utilizado para a implantação da certificação participativa na Cooperativa D`Irituia, a construção da parceria com o INEAF: a repartição dos papéis e as etapas de realização.

2. A GERAÇÃO DA QUALIDADE DE PRODUTOS ORGÂNICOS COMO TECNOLOGIA SOCIAL

2.1 Tecnologia e relações sociais

As concepções recentes da evolução tecnológica, desenvolvidas na sociologia da tecnologia (THOMAS; BUCH (Org.), 2008), ressaltam o papel dos atores sociais e de suas inter-relações no processo de geração das inovações e de sua generalização. A tendência é ao abandono de visões deterministas (determinismos tecnológicos, social, econômico), em favor de uma representação unificada na qual atores entrelaçam elementos de conhecimento, tecnologias, relações sociais e econômicas (THOMAS, 2008, p. 219). A

Analisaremos em particular a elaboração das normas técnicas e o regimento específico para a organização do monitoramento das práticas, enquanto elementos decisivos de viabilidade da certificação participativa.

O trabalho apresenta conclusões sobre a viabilidade do processo no caso da Cooperativa D`Irituia, enquanto representativa de pequenas organizações camponesas da região Norte, e sobre a metodologia para conduzir parcerias visando a promoção de tecnologia social, a luz da parceria INEAF/Cooperativa D`Irituia.

Teoria do Ator-Rede (TAR) descreve, à nível micro, os procedimentos dos atores associando artefatos, dispositivos organizados e o arrolamento de outros atores, na construção de seus projetos e estratégias (CALLON, 2008). A Tecnologia Social (TS), através da noção de adequação sociotécnica, propõe a adequação de tecnologias convencionais para fins e estratégias definidos por atores inovadores, num processo de construção realizado pelos interessados (DAGNINO *et al.*, 2004). A percepção recente da estreita relação entre os projetos de atores sociais e

as tecnologias que usam resulta na reflexão metodológica sobre as modalidades de construção social da tecnologia numa perspectiva de inovação.

O sócio antropólogo Jean-Pierre Darré e seu grupo de pesquisa, o Grupo de Experimentação e de Investigação: Desenvolvimento e Ações Localizadas (GERDAL), elaboram desde os anos 1980 novas metodologias de apoio às inovações rurais, baseadas em parcerias horizontais com os agricultores (DARRÉ, 2006). A metodologia de “busca coativa de soluções” recorre a uma conceptualização da aquisição e evolução dos conhecimentos dos agricultores, em relação direta com a reflexão sobre suas práticas. O conhecimento, as concepções e as normas de ação são elaborados socialmente em grupos preexistentes de pares, grupos de interconhecimento que mantêm diálogos regulares sobre suas práticas, demonstram capacidades para a aquisição de novas informações e concepções, e para experimentar e refletir sobre novas práticas. Os grupos de pares realizam os ajustes das tecnologias novas de forma que entram em coerência com o conjunto das condições efetivas de produção e de vida e, portanto, são os principais atores do processo de inovação (DARRÉ, 2002).

Em resumo, os aportes teóricos e metodológicos recentes rompem com a visão da inovação associada ao Difusionismo do tempo da Revolução Verde. A Perspectiva Orientada ao Ator – POA- (LONG, 2004) e a sociologia da tecnologia (THOMAS; BUCH (Org.), 2008) ressaltam a necessidade de analisar conjuntamente, de um lado, os elementos tecnológicos, artefatos, procedimentos e dispositivos organizativos da tecnologia, e do outro as práticas dos atores no seu contexto de vida. Desta abordagem decorrem alguns princípios metodológicos no campo da intervenção voltada para o desenvolvimento e a inovação. A identificação dos grupos de pares, coesos em torno de práticas e da reflexão e avaliação sobre as concepções e normas de ação, é um passo preliminar, necessário para definir os sujeitos e as modalidades de parceria para a intervenção. As etapas de diagnóstico e planejamento da intervenção são partes integrantes da negociação sobre a repartição de papel (e de recursos) entre os atores da intervenção. A dinâmica da inovação e de sua generalização é condicionada pela evolução das reflexões, dos experimentos, das concepções dos grupos de pares. O papel dos técnicos / pesquisadores limita-se a facilitar esses processos e reflexões.

Essa visão da tecnologia e do processo de inovação orienta a metodologia que apresentamos sobre a certificação participativa de orgânico no âmbito da Cooperativa D`Irituia.

2.2 Uma visão crítica sobre a legislação da certificação de orgânicos

No Brasil, a percepção social dos impasses gerados pelo modelo agroalimentar globalizado e a agricultura industrial gerou um movimento agroecológico multifacetado, em diversos setores, da produção à distribuição, entre os consumidores, na esfera da assistência técnica e da pesquisa, influenciando a formulação de políticas públicas. A agricultura ecológica é vista agora como a condição de um modelo alimentar alternativo, caracterizado pela qualidade dos alimentos, a equidade nas relações de produção, a sustentabilidade ambiental. A agroecologia, como movimento social, sustenta um projeto de agricultura e mais amplamente, de organização da ruralidade.

A agroecologia aparece assim como desenvolvimento sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e

ecologicamente apropriada (SEVILLA GUZMÁN, 2012, p. 112).

Este projeto envolve a mobilização e a articulação “de diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca da sustentabilidade na agricultura” (CAPORAL, org., 2015, p. 310).

Deste ponto de vista, a legislação de orgânicos adotada nos anos 2000 apresenta uma resposta parcial. A definição legal da agricultura orgânica é reduzida à proibição e restrições de uso de determinados insumos, e só faz referências imprecisas à evolução do agroecossistema, à organização do processo produtivo, à comercialização e ao modelo de desenvolvimento agrícola almejado. O esforço do legislador, uma vez definidas as condições admissíveis para qualificar a produção, o beneficiamento e a distribuição dos produtos orgânicos (principalmente minimizar o uso de insumos sintéticos e proibir o uso de transgênicos), focou na geração da garantia para o consumidor do cumprimento destas condições (Lei N° 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Instrução Normativa N°19, de 28 de maio de 2009; Instrução Normativa N°50, de 5 de novembro de 2009). O selo de produtor orgânico garante o uso de práticas autorizadas na legislação de orgânicos, em função de cada tipo de produto, verificado mediante visitas no local de produção por

auditores externos (certificação por auditoria) ou por organismos locais *ad hoc*, envolvendo entre outros a organização dos produtores (certificação participativa). A certificação participativa tem o diferencial de substituir os custos da auditoria por custos organizativos, garantindo o mesmo controle sobre as práticas de produção, e permite uma flexibilidade (muito) relativa no elenco das práticas autorizadas. A modalidade participativa é particularmente adequada à ambientes de redes densas de parcerias agroecológicas.

A legislação sobre a certificação participativa induz a criação de duas organizações: o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), este último legalmente formalizado.

Os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo controle social e pela responsabilidade solidária, podendo abrigar diferentes métodos de geração de credibilidade adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas. (...) Um Sistema Participativo de Garantia é formado, basicamente, por dois componentes: Os Membros do Sistema e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC. (...) Os Membros do Sistema

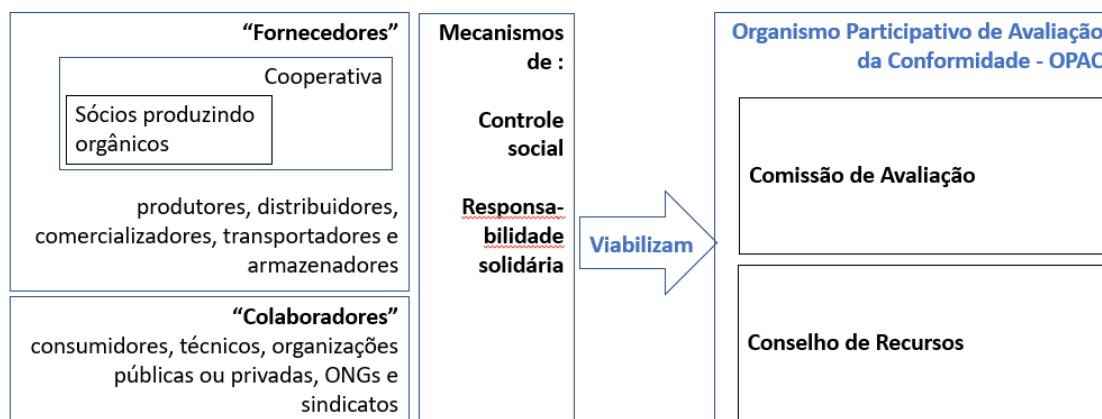
são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias: os fornecedores, constituídos pelos produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores; e os colaboradores, constituídos pelos consumidores e suas organizações, técnicos, organizações públicas ou privadas, ONGs e organizações de representação de classe (MAPA, 2008, pp. 20-25).

Para obter seu credenciamento, o OPAC deve satisfazer exigências estatutárias e regimentais.

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC é uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia - SPG. A sua estrutura organizacional se constitui de uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada Sistema Participativo de Garantia (MAPA, 2008, p. 26).

Um das principais atividades pelo SPG são as visitas verificação de pares: os agricultores estabelecem um rodízio de visitas de suas propriedades para observar e orientar as práticas de produção; as visitas geram relatórios disponíveis para os fiscais do MAPA. A figura seguinte resume os elementos do SPG, nos termos adotados pelo MAPA.

Figura 1 – Estrutura e funcionamento de um Sistema Participativo de Garantia



Fonte: Elaboração dos autores a partir de MAPA (2008).

Talvez a maior vantagem da certificação participativa seja a presença de uma organização de agricultores com funções de controle técnico, capaz de escolher e estabelecer mecanismos de divulgação de práticas consideradas proveitosas pelos interessados. Serva e Andion (2004, p. 4), numa pesquisa junto à Rede ECOVIDA, organização de agricultores e colaboradores que idealizou a certificação participativa, realizada em 2003-2004, observam que:

A certificação participativa funda-se na construção coletiva das normas (embora sendo únicas para toda a Rede, foram fruto de discussão coletiva e permite-se a revisão das mesmas, através de propostas que podem ser encaminhadas à coordenação da Rede para nova discussão coletiva), na co-responsabilização dos membros pelo cumprimento dessas normas e no controle social de todo o processo, enfatizando a interação entre os produtores e a relação de proximidade.

No entanto, o projeto de transição agroecológica dos agricultores envolve outros aspectos que a garantia legal da qualidade orgânica dos produtos ofertada ao consumidor. Gliessman (2001, p. 574) propôs três níveis progressivos para a transformação técnica de um sistema de produção convencional em agroecológico. O primeiro nível visa limitar o uso de recursos externos e/ou ambientalmente danosos, mediante o ajuste e a adoção de práticas técnica e economicamente mais eficientes. O segundo nível substitui as práticas convencionais por práticas ecológicas, o que é parcialmente o objetivo da legislação brasileira de orgânicos, que não proíbe o uso da mecanização. O terceiro nível envolve mudanças sistêmicas do agroecossistema: o nível de agrobiodiversidade, o arranjo espacial e

temporal dos cultivos, a associação de espécies, a intensificação dos fluxos internos de matérias e de fertilidade. Cada evolução introduzida em qualquer etapa deve ser analisada como uma novidade, e deve satisfazer condições mínimas de viabilidade para o agricultor, a cada momento ou em cenários realistas de curto prazo: manutenção dos níveis de renda e de patrimônio, adequação com o volume de trabalho e de capital disponível, conhecimentos necessários para a implementação das novas práticas, inserção ao mercado compatível com a economia monetária da família, etc. Diferentemente da agricultura industrial, o desenvolvimento agroecológico resulta do protagonismo dos agricultores e da centralidade dos seus conhecimentos na geração das novidades. As relações de parceria e contribuição nesse tipo de desenvolvimento devem ser baseadas em concepção ampla de agência humana, como desenvolvida na POA (LONG, 2004) e na “busca coativa de soluções” (DARRÉ, 2006). Envolvem uma reflexão sobre novas modalidades de extensão rural e de políticas públicas (CAPORAL, 2015).

Ademais, a viabilidade econômica da transição ecológica é diretamente relacionada às condições de mercado encontradas, ou construídas pelos

agricultores e suas organizações. A agricultura ecológica utiliza insumos e produções intermediárias diferentes da convencional, e gera produtos diferenciados, necessitando, portanto, a mobilização ou a construção de novas cadeias de comercialização. A organização dos agricultores para a agricultura ecológica deve também incluir uma ação no campo comercial para sua realização plena.

2.3 Diferenciação de produtos e agricultura familiar

Os agricultores familiares desenvolvem estratégias múltiplas de inserção comercial procurando adequar as características dos seus diferentes produtos (volumes, calendário, perecibilidade, custos de produção) às características dos tipos de mercado (remuneração, custos de transação, riscos, relações sociais envolvidas). Os mercados institucionais e os mercados de proximidade com venda direta podem oferecer condições mais favoráveis para escoar produtos de qualidade, do que os mercados convencionais, ou a venda por intermediários (SCHNEIDER, 2016). Van der Ploeg (2016) identifica no campesinato estratégias específicas de comercialização, baseadas na diferenciação de produtos por atributos de qualidade e preço. A venda

direta em feiras locais permite diminuir os preços para o consumidor, quando os custos de comercialização para o agricultor são relativamente menores que a margem de lucro retirada do intermediário. A diferenciação dos produtos ocorre num processo de relacionamento, formal ou informal, direto ou indireto, dos agricultores com os consumidores. Ao longo deste processo, trocam-se as expectativas dos consumidores em termos de qualidade e identidade dos produtos com as habilidades e competência dos agricultores e os atributos de identidade dos produtos. O estabelecimento dos preços faz parte do processo. Callon (2017), renunciando à concepção do mercado como confronto anônimo entre oferta e demanda, descreve a organização de qualquer atividade mercantil como o agenciamento (*agencement*) visando “estabelecer transações comerciais bilaterais” (CALLON, 2017, p. 402). O agenciamento mercantil é uma ação coletiva governando uma série de processos de enquadramento como: a transformação de bens e serviços em mercadorias, a avaliação dos atributos das mercadorias pelos interessados, a organização de encontros comerciais, a criação de vínculos entre o consumidor e as mercadorias e a formulação dos preços (CALLON, 2017). O conjunto destas

atividades caracteriza a agência dos atores para a construção social dos mercados.

A certificação participativa de orgânicos pode ser concebida como um processo organizativo visando enquadrar os produtos como mercadorias (posicionamento dos produtos na oferta de alimento e sua homogeneização) e definir seus atributos de qualidade (técnicas de produção e beneficiamento, níveis de sustentabilidade ambiental e social). Deste ponto de vista, a certificação define-se como um elemento entre outros da construção social de mercados. Para concretizar a nova alternativa de comercialização que possibilita, a ação coletiva dos agricultores deve também assumir outras funções de relacionamento com a clientela (encontros, definição mais precisa dos atributos de qualidade, técnicos e simbólicos, definição de preços). Neste tipo de mercado, os papéis da organização dos agricultores recebem novos contornos, além dos usuais ganhos de escala por agregação de volumes e economias nos custos de transação. Como afirma Callon: “Envolve o estabelecimento de relações de colaboração, a organização de negociações, a implementação de processos de tomada de decisão, a estruturação e a reconfiguração de redes” (CALLON, 2017, p. 55). A agência das organizações na gestão de

parcerias e redes sociais torna-se central. As relações evoluem no sentido de aproximar de um lado, as práticas produtivas e as

normas técnicas, sociais e simbólicas aceitas na esfera dos agricultores, e do outro as expectativas mutáveis dos consumidores.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DO DISPOSITIVO DE CERTIFICAÇÃO

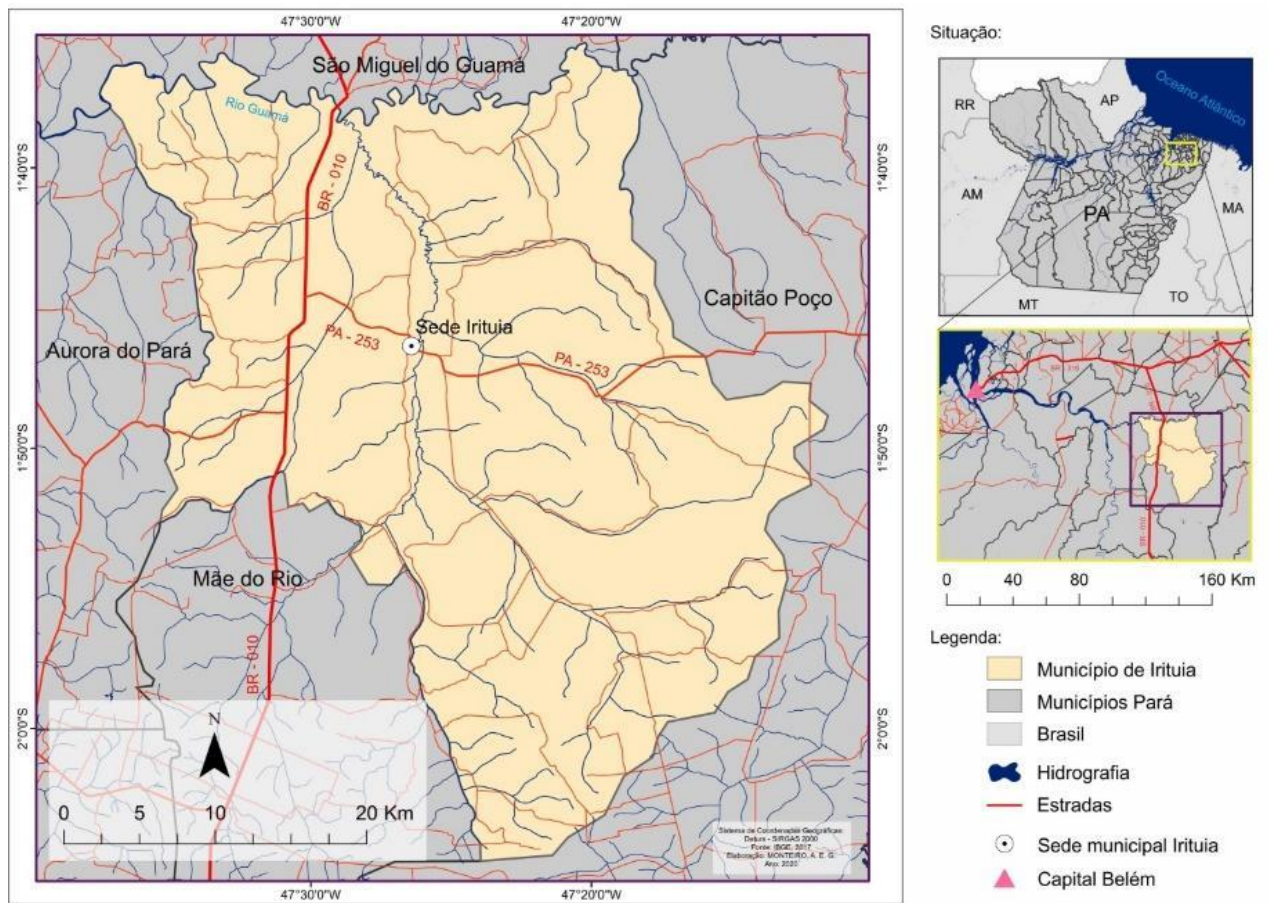
3.1 A cooperação entre a cooperativa e o INEAF na implementação do dispositivo de certificação participativa

O município de Irituia está localizado na região nordeste do estado do Pará. A ocupação dessa região data do período colonial e tem uma elevada diversidade étnica. Era habitada por diferentes povos indígenas e posteriormente recebeu o branco europeu (principalmente portugueses) e os negros africanos. A partir dessa diversidade humana deu-se início aos processos de uso dos recursos naturais e às dinâmicas reprodutivas que provocaram as transformações no ambiente alterando e moldando as paisagens.

Atualmente o município de Irituia tem uma área territorial de 1.379,5 km² e uma população de 32.504 habitantes e uma densidade de 24 habitantes por km². Aproximadamente 21% da população do município está na área urbana e 79% na área

rural. Entre 2014 (31.644 habitantes) e 2018 (32.504 habitantes) a população total do município teve um crescimento de apenas 3% (860 habitantes). Diferente dos municípios do seu entorno, Irituia tem a maior parte da sua população residindo na área rural, o que fortalece sua identidade agrícola. Mãe do Rio, com 83% da população residindo na área urbana e São Miguel do Guamá, com 62% da população residindo na área urbana, são os que têm uma diferença mais marcante (IBGE, 2010). Esses dois municípios estão às margens da rodovia federal Belém-Brasília e ambos têm atividades comerciais fortes. Capitão Poço e Ourém, que são também dois municípios importantes do entorno de Irituia, têm respectivamente 41% e 46% de seus habitantes residindo na área urbana dos municípios. O município fica a aproximadamente 200 km da capital do estado, Belém (Figura 2).

Figura 2 – Localização do município de Irituia no estado do Pará



Fonte: IBGE, 2017

A trajetória de transformação do município inicia com um primeiro longo período de extrativismo, notadamente das chamadas “drogas do sertão”, caça e pesca. O segundo ciclo extrativista teve na madeira seu principal expoente e provocou as maiores transformações na paisagem do município. Em diferentes épocas se combinaram distintos tipos de cultivos de espécies vegetais e pecuária gerando agroecossistemas característicos. A região foi produtora de fumo, algodão, cana-de-açúcar, pimenta do reino, malva, culturas

alimentares de ciclo curto, como a mandioca, feijão, arroz, hortaliças variadas, entre outros. Mais recentemente, uma variedade de frutas (nativas e exóticas) entraram na composição dos agroecossistemas. Da mesma forma, produtos do extrativismo presentes nos fragmentos de florestas nativas e/ou em de florestas secundárias, voltaram a ganhar importância econômica favorecidos pela discussão ambiental.

Segundo o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MZEE), realizado

pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, o município de Irituia está inserido na zona de consolidação e expansão. Essa zona caracteriza-se pela presença de atividades produtivas mais dinâmicas e que requerem ações de manutenção e/ou intensificação, visando a sustentabilidade ecológica, social e econômica (ALMEIDA, 2016). Independente das definições técnicas do Macrozoneamento, o município de Irituia tem sua cobertura florestal bastante alterada e uma agricultura diversificada e em franca transformação.

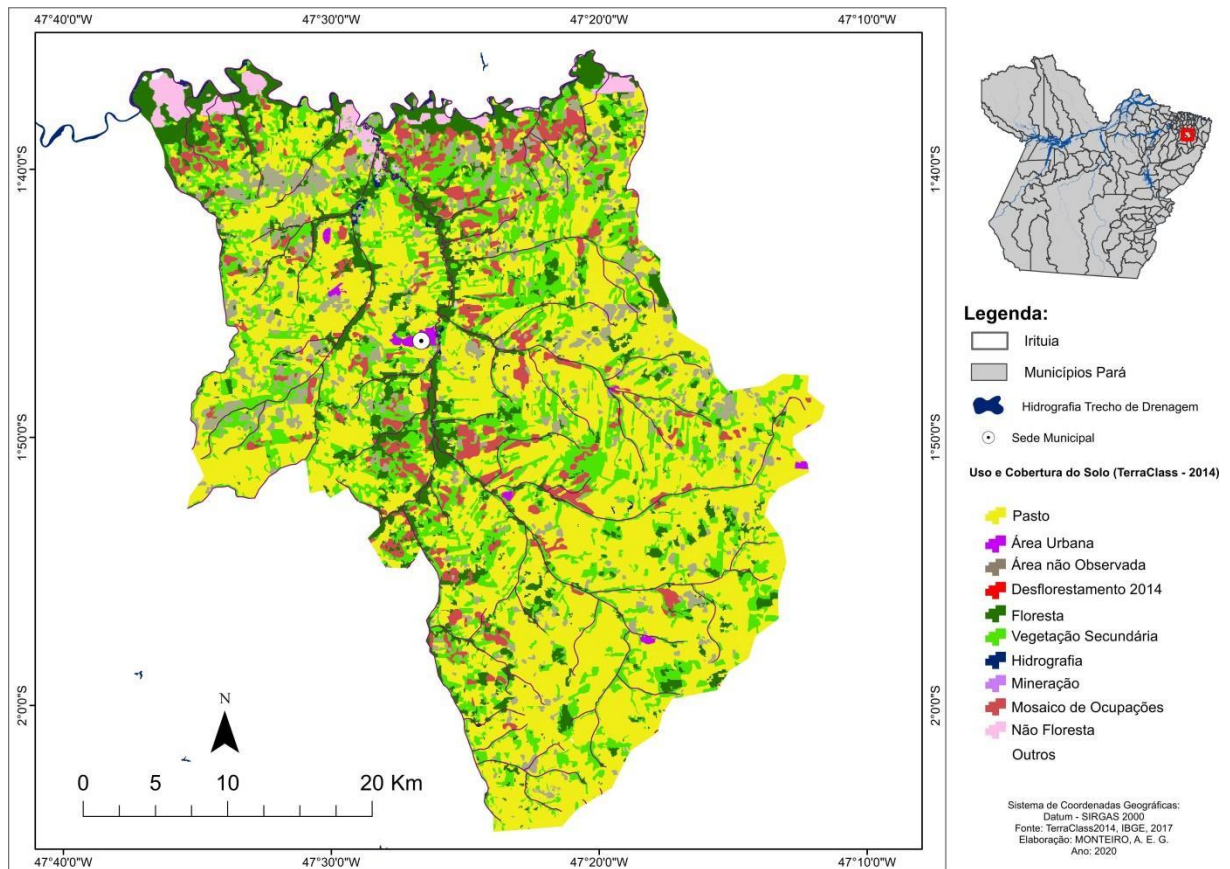
A cobertura do solo no município de Irituia é resultado da intensa ação antrópica durante quase 300 anos. Conforme mostra a figura 2, as áreas de florestas somam um pouco mais de 10% do total. Elas se encontram em fragmentos distribuídos às margens de alguns cursos de água que

cortam o município e em sua fronteira norte, também as margens do rio Guamá. Um pouco mais da metade (50,43%) da superfície do município é constituído de pastagens (não é possível diferenciar o que é e o que não é agricultura familiar). A vegetação secundária que pode ser capoeira em diferentes estágios de desenvolvimento perfaz aproximadamente 20% da superfície do município. Aproximadamente 6% é considerada mosaico de ocupações. A metodologia do TerraClass⁵ considera essas áreas essencialmente de agricultura familiar. No caso de Irituia isso não significa dizer que a agricultura familiar esteja restrita a essas áreas. É possível que áreas consideradas vegetação secundária sejam na verdade áreas de Sistemas Agroflorestais de agricultores familiares.

⁵ O projeto TerraClass foi estruturado em 2010 com o objetivo de atender uma demanda do Governo Federal relacionada à qualificação dos desmatamentos observados na região da Amazônia Legal e endereçada a gestores e colaboradores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os produtos gerados pelo projeto TerraClass oferecem subsídios para a definição de ações governamentais referentes ao

desenvolvimento da produção agrícola nacional com bases sustentáveis, à preservação da biodiversidade nacional e à manutenção da qualidade dos serviços ambientais. Em 2015 foi publicada a Portaria MMA nº 365 de 27 de novembro de 2015, do Ministério do Meio Ambiente, criando o Programa Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB), que tem por objetivo expandir as ações de mapeamento e monitoramento para os demais biomas brasileiros. <https://www.terraclass.gov.br/>. Acessado em 18 de outubro de 2020.

Figura 3 – Uso e cobertura do solo do município de Irituia



Fonte: INPE, 2014. (ALMEIDA, et al. 2016)

A agricultura familiar Irituiense se construiu nessa dinâmica territorial complexa. Nesse sentido, os desafios são igualmente complexos, seja no âmbito da produção, da conservação ambiental e da inserção em mercados.

3.2 Histórico da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D`IRITUIA

A partir de uma reflexão realizada em 2010 sobre as dificuldades para comercializar, vinte (20) agricultores familiares do município de Irituia decidiram

criar a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D`IRITUIA. As principais motivações no momento de criação da cooperativa eram: i) buscar mercados para os produtos agrícolas; ii) aumentar as margens de comercialização eliminando os atravessadores dos principais circuitos e; iii) desenvolver estratégias para garantir a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) dos agricultores familiares do município. Os associados da D`Irituia implementam sistemas de produção diversificados cujos produtos se inserem em diferentes cadeias produtivas.

Atualmente a D`Irituia tem trinta e dois (32) associados distribuídos em 5 grupos ou núcleos de vizinhos repartidos no município.

Com uma década de existência, a cooperativa vem estimulando a diversificação da produção como uma estratégia de garantir renda, segurança alimentar, preservação ambiental e manutenção das famílias em suas propriedades. Para desenvolver suas ações, a cooperativa se articula com um conjunto de instituições. Com a Agência Paraense de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA) vem sendo discutido a liberação de produtos da cadeia produtiva de frutas (polpas) e da Mandioca (farinha, tapioca, tucupí ⁶). Com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) vêm sendo desenvolvidas atividades de pesquisa e assistência técnica principalmente para aperfeiçoamento e

ampliação dos Sistemas Agroflorestais (SAF). Com o IDEFLOR-Bio a parceria se insere no contexto do Projeto Tijolo Verde e Pará Florestal⁷. Instituições de ensino como o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará (IFPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) estão inseridas em parcerias que possibilitam a capacitação dos cooperados em diferentes temas e gerado conhecimento a partir da inserção de estudantes em estudos em nível de graduação e pós-graduação.

No campo privado a cooperativa tem desenvolvido parceria comercial com empresas como a Amazon Oil, Beraca e Natura interessadas em sementes oleaginosas de espécies nativas (murumuru, andiroba, ucuuba) e/ou cultivadas (cacau, maracujá, cupuaçu). Outra parceria comercial da cooperativa é com o ramo da gastronomia especializada. Restaurantes da cidade de Belém e Rio de Janeiro são consumidores regulares de produtos dos cooperados. Além dessas parcerias, a cooperativa tem participado de chamadas públicas da Prefeitura Municipal de Irituia para compras institucionais via PNAE.

⁶ Molho feito com água de goma de mandioca e pimenta, que entra na composição de vários pratos da cozinha do Norte do Brasil.

⁷ O Projeto Tijolo Verde foi elaborado visando mitigar impactos negativos do uso de lenha como matéria prima para a indústria oleiro-cerâmico. Boa parte desse setor está instalado em São Miguel do

Guamá e consome lenha de vários municípios do entorno, incluindo Irituia. Os Sistemas Agroflorestais são considerados como estratégia de recuperação de passivo ambiental e reflorestamento produzindo no médio e longo prazo matéria prima energética (lenha) para a indústria oleiro-cerâmica do estado.

A Cooperativa D'Irituia é filiada à OCB que oferece suporte na formação e capacitação continuada sobre cooperativismo e comercialização. Exercitando os princípios do cooperativismo existe uma atividade de intercooperação com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). A organização interna e a capacidade de diálogo e articulação institucional contribuíram para a diversificação dos agroecossistemas, permitindo a inserção em diferentes circuitos comerciais, como o de polpa de frutas (diversos), farinha de mandioca, óleos vegetais (de espécies nativas), hortaliças, leite e derivados (queijos) e de pequenos animais como galinhas caipiras, ovos e mel. No ano de 2020, a cooperativa comprou um prédio agora em 2020 onde funcionará sua sede, finalmente em um prédio próprio

O potencial de fornecimento de uma grande variedade de produtos pelos cooperados se tornou um problema para a cooperativa: a falta de estrutura para beneficiamento, armazenamento e comercialização. Essa característica pode dificultar também a padronização dos produtos e dificulta em alguns casos atingir uma escala comercial. A cooperativa e os cooperados buscaram mecanismos para superar essas limitações. No âmbito de suas

parcerias, desenvolveu atividades de capacitação para os cooperados visando a melhoria do processamento de polpa de frutas. No que se refere a qualidade da farinha de mandioca, da qualidade das hortaliças e agregação de valor a vários produtos (exemplo farofa de jambu), os resultados obtidos são frutos de experimentações dos próprios agricultores e agricultoras cooperados. Após as capacitações, os cooperados investiram individualmente em pequenas unidades de processamento de polpa de frutas, casas de farinha adequadas as normas dos produtos artesanais e outras iniciativas.

A partir de ano de 2014, a cooperativa acessou o registro de Organismo de Controle Social (OCS) para se posicionar melhor em mercados institucionais como PAA e PNAE e a venda direta. A condição de OCS não envolve a certificação orgânica da produção, e as exigências legais para seu funcionamento são menores que para o OPAC. As atividades de controle social realizadas nos estabelecimentos dos agricultores membros não precisam gerar arquivos escritos, por exemplo. O registro de OCS implica pelo menos uma vistoria anual por parte da equipe do MAPA. A declaração de membro de OCS permite que os cooperados realizem comercialização diretamente aos

consumidores de forma individualizada ou em feiras de produtos orgânicos, mas não permite garantir a qualidade orgânica em outros tipos de canais de comercialização. O registro como OCS foi uma primeira etapa de abertura de mercados, bastante limitada em volume, para os produtos dos membros da cooperativa.

Esse descompasso entre o potencial dos cooperados e a falta de estrutura da cooperativa estimulou a elaboração de um projeto em parceria com o INEAF/UFPA para concorrer em edital do Fundo Amazônia, no ano de 2017, com o objetivo de montar uma unidade de processamento multiuso (Polpa de frutas, extração de óleos vegetais, produção de doces, envasamento de mel). Se por um lado o projeto junto ao Edital do Fundo Amazônia não logrou resultado positivo, por outro consolidou uma parceria com o INEAF/UFPA que deu continuidade à reflexão sobre os principais temas da cooperativa.

3.3 A sequência de ações da parceria INEAF – Cooperativa D'IRITUÍUA (2018-2020)

No processo de implantação do dispositivo de certificação participativa na Cooperativa D'Irituia, adotamos os princípios seguintes, relacionados à Tecnologia Social:

- A tecnologia deve ser pensada junto com as relações sociais, culturais que a condicionam e a tornam possível;
- A implantação ou reaplicação de tecnologia deve ser pensada junto com a organização social que a viabiliza.

A certificação participativa de produtos alimentares orgânicos de agricultores familiares envolve um forte aspecto técnico (práticas agropecuárias e de processamento coerentes com a qualidade orgânica dos produtos) e um forte aspecto organizativo. Os grupos de agricultores que assumem a implantação da certificação participativa devem efetivamente:

- Estabelecer coletivamente normas técnicas de produção orgânica;
- Definir mecanismos internos ao grupo para o monitoramento, o controle e as penalidades, para garantir a qualidade orgânica dos produtos;
- Legalizar juridicamente suas instituições, fixando regras e direitos, e mantendo uma relação com os órgãos públicos responsáveis do credenciamento.

As etapas de implantação do dispositivo de certificação participativa dos membros da Cooperativa D'Irituia podem ser descritas numa sequência lógica de realizações cumulativas. A primeira etapa (setembro de 2018-janeiro de 2019) foi

dedicada à elaboração do projeto de parceria entre a cooperativa e o INEAF. Permitiu discutir, redigir e aprovar um projeto para custear as ações de cooperação, e dimensionar a equipe e as competências mobilizadas pelo INEAF. A segunda etapa foi dedicada a definição das metas e ao planejamento da ação. Uma série de oficinas entre a equipe do INEAF, a direção da cooperativa e parte de seus membros, no período de abril-maio de 2019, permitiu definir de forma precisa os tipos de documentos necessários para a solicitação do cadastramento da cooperativa como OPAC: ajustes do Estatuto da cooperativa; Regimento e Manual de procedimentos do OPAC; Normas técnicas; Planos de Manejo Orgânico dos agricultores. Em paralelo, o INEAF e a cooperativa se associaram para consultar um representante da Rede ECOVIDA, que orientou sobre exemplos de documentos e as questões organizativas envolvidas, e da OCB-Pará, notadamente sobre as questões jurídicas.

A terceira etapa foi a elaboração dos Planos de Manejo Orgânicos dos agricultores (MAPA, 2011), com o apoio de uma equipe de 10 pessoas do INEAF a campo, entre professores e estudantes, no período de junho a julho de 2019. Em termos operacionais, duas pessoas do INEAF (um professor e um estudante), se

deslocaram na casa de cada um dos 32 membros da cooperativa para ajudar no preenchimento do Plano, tarefa que demandou um tempo médio de 2 a 3 horas por agricultor. Esta etapa permitiu visualizar precisamente a adequação dos membros da cooperativa às normas de produção orgânica, e o elenco de agricultores que poderiam ser associados ao pedido de cadastramento da cooperativa como OPAC. A quarta etapa foi dedicada à elaboração e discussão dos documentos necessários à solicitação do cadastramento da cooperativa como OPAC, culminando com uma Assembleia Geral do SPG em novembro de 2019 para sua aprovação. Além dos membros da cooperativa, se fizeram presentes diversas entidades parceiras, como OCB-PA, IFPA Castanhal, entidades de assistência técnica, Prefeitura de Irituia, etc. A quinta etapa, realizada em janeiro e fevereiro de 2020, foi um trabalho de capacitação e criação das principais instâncias do OPAC: a Comissão de Avaliação de conformidade orgânica e os núcleos de pares (grupos de 5 a 12 agricultores vizinhos). A capacitação consistiu em realizar, em caráter de exercício, uma primeira sessão da Comissão de Avaliação visando deliberar sobre a atribuição de certificados de produção orgânica para dois membros da

cooperativa com base seus Planos de Manejo, e realizar em cada grupo de pares visitas de verificação das práticas orgânicas no estabelecimento de um agricultor do grupo. Nesta ocasião, últimos ajustes dos documentos foram realizados. Com o alastramento da Pandemia de Coronavírus, as atividades foram interrompidas e devem retomar no final de 2020.

Ao longo dessas cinco etapas, com sucessão lógica, a realização de uma etapa sendo necessária para o início da seguinte, outros elementos cruciais foram elaborados, dialogados, decididos, de modo informal. São eles:

- A definição dos papéis do INEAF e da cooperativa na parceria;
- O projeto da cooperativa para a produção de orgânicos;
- Os ajustes organizativos da cooperativa para a implantação do OPAC.

O momento formal de definição dos papéis na parceria foi a primeira etapa (a elaboração do projeto). No entanto, neste momento inicial, o alcance preciso da decisão de implantação da certificação participativa não era claro nem para o INEAF, nem para a cooperativa. A consciência dos ajustes técnicos à nível de agricultor e organizativos à nível da cooperativa foi adquirida progressivamente

ao longo do ano de 2019. A questão organizativa foi clareando à medida da discussão detalhada dos documentos, notadamente o Manual de Procedimentos, que descreve as instâncias e as responsabilidades, os ajustes técnicos foram evidenciados no momento do preenchimento dos Planos de Manejo individuais. Ao longo deste processo, a parceria foi se redefinindo, caracterizando uma relação mais estreita (cooperação para um leque maior de questões), congruente à confiança compartilhada entre os parceiros. No momento do planejamento (abril-maio de 2019), o ponto chave foi a percepção da necessidade de divulgar amplamente a problemática organizativa e técnica entre os membros da cooperativa, pela necessidade de obter seu protagonismo pleno no processo. Somente neste momento foi decidido elaborar os Planos de Manejo Orgânicos com cada um dos membros da cooperativa, numa relação de trabalho estreitamente compartilhada com o INEAF.

No que se refere ao projeto técnico preciso da cooperativa enquanto produção certificada de orgânicos, a problemática é discutida na parte seguinte, quando apresentaremos os gargalos principais enfrentados pelos agricultores (fertilização e controle fitossanitário) na ocasião da discussão das normas técnicas. Um ponto

importante deve ser ressaltado aqui, a importância de termos elaborados os Planos de Manejo Orgânicos antes da documentação do OPAC. Isso permitiu clarear para os agricultores o significado da certificação (em termos técnicos e organizativos), questão que até então permanecia nebulosa para eles. Também clareou novas perspectivas de atuação da cooperativa em termos de produção e fornecimento de insumos orgânicos, ou de compras negociadas com fornecedores certificados. A realização dos Planos para o conjunto dos membros da cooperativa também mostrou a heterogeneidade do conhecimento das práticas orgânicas entre os agricultores, e a necessidade de criar um mecanismo horizontal de socialização das práticas vantajosas.

O conjunto desses elementos (perspectiva de fornecimento de insumos orgânicos, mecanismo de socialização das boas práticas entre agricultores, criação das instâncias de monitoramento envolvendo os grupos de agricultores vizinhos) aponta para uma mudança qualitativa das funções organizativas da cooperativa. A produção orgânica certificada, abrindo outras oportunidades de mercado, também gera demandas crescentes de serviços de comercialização por parte da cooperativa, no sentido de procurar mercados, elaborar e monitorar contratos com compradores, interagir nos processos de diferenciação e individualização dos produtos (VAN DER PLOEG, 2016). A certificação participativa se configura como um profundo mecanismo transformador da prática da cooperativa, e de sua relação com os associados.

4. A ELABORAÇÃO DAS NORMAS DA CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NA COOPERATIVA D'IRITUIA

4.1 A elaboração das normas técnicas

A Cooperativa D'Irituia incentiva desde sua criação uma produção de base ecológica. É claro que entre a autodeclaração e a realização existe uma grande distância. No entanto, esforços vêm sendo empreendidos para tornar a produção livre de contaminantes químicos e menos agressiva ao ambiente. Muitos agricultores

cooperados se consideram agroecológicos e desenvolveram práticas que podemos facilmente associar a princípios da agroecologia. A diminuição do uso do fogo, a diminuição do uso de fertilizantes químicos e produtos para tratamento fitossanitário são práticas já comuns a muitos deles. Uma estratégia geral adotada pela maioria dos agricultores cooperados é

a diversificação dos agroecossistemas com adoção de Sistemas Agroflorestais. O manejo de espécies nativas também é uma estratégia utilizada por parte dos agricultores cooperados. O conjunto de iniciativas e técnicas implementadas pelos agricultores cooperados da D'Irituia, se não caracteriza já uma agricultura de base ecológica, coloca esse grupo de agricultores e agricultoras no que poderia ser denominado de um processo de transição agroecológica (COSTABEBER, 1998).

Durante a fase de elaboração dos Planos de Manejo, aproximadamente metade dos agricultores cooperados se autodefiniram como totalmente orgânicos. A outra metade ou estava em transição (tendo eliminados as práticas proibidas pela legislação há menos de um ciclo agrícola) ou com atividades paralelas (práticas de agricultura orgânica e convencional na mesma propriedade). No entanto, como visto anteriormente, o que a cooperativa pretende com a criação de um SPG/OPAC é a certificação de orgânicos em conformidade com a legislação. Constatou-se durante o processo de diagnóstico que uma das maiores preocupações dos agricultores e agricultoras cooperados se refere ao controle fitossanitário e a fertilização do solo. Foi identificado o uso de produtos naturais como o tucupi e o

extrato de algumas plantas. No entanto, não pareceu que seja uma técnica sistemática e altamente difundida. A maioria das propriedades que declarou atividade paralela (não orgânica) utilizavam pequenas quantidades de fertilizantes químicos em plantios específicos destinados ao mercado (acerola, abacaxi, melancia).

A questão da fertilização dos solos está no centro da discussão sobre ampliação do aumento de escala. Há posições divergentes a esse respeito. Muitos acreditam que a diversificação dos agroecossistemas por si já cumpre essa função à medida que aumenta a deposição de matéria orgânica no solo e os nutrientes disponíveis são mais bem aproveitados. A implantação de SAF obriga o abandono da prática do fogo o que para muitos mantém a fertilidade natural. Para outros é preciso uma fonte externa de fertilizantes para garantir boas colheitas. Constatou-se que algumas propriedades adquirem esterco animal em propriedades do entorno, principalmente fazendas de criação de gado bovino e granjas de criação de aves. Essa prática constitui um problema para a certificação orgânica à medida que não se tem controle do uso de insumos nas propriedades vendedoras. Foi relatado o uso de herbicidas para manejo de pastagens e

produtos para controle de parasitas em animais cujo princípio ativo é proibido pelas normas da produção orgânica. Apesar dos debates entre os cooperados, faltam informações sobre o conjunto de substâncias proibidas e não proibidas nos insumos agrícolas. Falta principalmente clareza sobre como adquirir/produzir insumos apropriados à produção orgânica. O exemplo da Rede ECOVIDA mostra que o SPG é capaz de fornecer insumos orgânicos em função da demanda dos agricultores.

4.2. Regimento e procedimentos

A prática de mutirões e ajuda mútua entre vizinhos é muito comum entre camponeses da Amazônia. A Cooperativa D'Irituia preservou e incentivou essa prática entre seus associados desde seu registro como OCS em 2014. Nos foi relatado que por meio desta prática foram iniciados muitos SAF que estão atualmente produtivos. Os mutirões podem ser realizados entre vizinhos de uma mesma comunidade ou de comunidades diferentes. Esses encontros permitem uma troca intensa de experiências e divulgação de inovações geradas no interior dos grupos. Na certificação participativa a prática central para controle da conformidade orgânica é a visita de pares. A legislação

define os registros mínimos que devem ser feitos durante essas visitas. Na prática do mutirão pelos agricultores da D'Irituia, os registros são feitos na memória de cada um dos participantes sem uma preocupação com registros escritos e formais.

A formalização de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) exige ao mesmo tempo uma organização interna dos interessados e um conjunto de registros formais que definem seu funcionamento. O grupo de agricultores e agricultoras da Cooperativa D'Irituia consolidou ao longo de seu período de existência uma forma de organização interna por proximidade, entre membros vizinhos da cooperativa. Essa dinâmica já em funcionamento facilitou a discussão sobre a constituição dos grupos integrantes do SPG. Segundo o regimento interno, os grupos são: “conjuntos de atores sociais que desenvolvem coletivamente, em nível local, as ações de monitoramento mútuo e avaliação da conformidade das unidades de produção dos fornecedores e exercem o poder e a responsabilidade compartilhados pelas decisões sobre a conformidade” (Parágrafo Único do Artigo 15 do Regimento Interno do OPAC D'IRITUIA). Essa discussão foi frutífera porque há uma proximidade muito forte entre o que foi proposto no regimento e a forma de organização e funcionamentos de

grupos preexistentes. A novidade é a necessidade do registro escrito das atividades, o que envolve a formalização e publicização das responsabilidades de monitoramento entre agricultores.

Os grupos de vizinhos, ao longo do processo de implantação da certificação adquiriram outras funções além das visitas informais que realizavam anteriormente:

- Seus relatórios escritos condicionam a emissão do certificado de orgânicos;

- Devem se submeter às decisões da Comissão de Avaliação do OPAC (inclusive monitorar seu atendimento pelos agricultores);
- Tornam-se elos de intercâmbio técnicos (difusão de boas práticas);
- Mandam um representante na Comissão de Avaliação do OPAC e no Conselho de Recurso.

Isso tende a modificar sua natureza, os grupos informais de vizinhos tornando-se verdadeiros “núcleos de certificação”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso apresenta um processo real de implantação da certificação participativa numa pequena cooperativa de agricultores agroecológicos do Nordeste Paraense. A construção organizativa em torno da certificação participativa pode ser considerada como Tecnologia Social pelo entrelaçamento complexo entre os ajustes técnicos na esfera da produção, a criação organizativa necessária para gerar a transparência das decisões e a garantia da qualidade dos produtos. O processo conduzido pelos agricultores sempre relaciona as práticas agroextrativistas individuais, as relações de interconhecimento e de ajuste mútuo entre pares, a construção coletiva de mercados através da cooperativa, as normas legais

elaboradas pelo MAPA. Constitui uma experiência plena de inclusão produtiva e um exercício de autonomia estratégica. Deste ponto de vista, o processo de certificação participativa de um grupo de agricultores familiares é favorecido pelo ambiente institucional, a riqueza de sua rede de parceria e o acúmulo de capital social (MEDEIROS, 2017).

O trabalho permite apontar algumas considerações sobre a viabilidade desta certificação para a agricultura familiar, dialogando com nossa observação inicial do pouco número de experiências exitosas no Brasil até o momento. Vários elementos estruturais parecem necessários para o sucesso da implantação da certificação participativa.

Em primeiro lugar, deve-se analisar a distância existente entre as práticas efetivamente implementadas pelos agricultores e a legislação. Parece duvidoso um grupo conseguir implantar um sistema próprio de certificação num contexto técnico onde a transição a ser realizada é desafiadora demais. No nosso caso, a clareza sobre a possibilidade de certificar os agricultores somente foi efetiva no momento da elaboração dos Planos de Manejo Orgânicos, ou seja, um ano após o início da parceria. A recomendação para outras experiências de implantação da certificação participativa, de realizar os Planos de forma precoce com o grupo interessado, ou, sendo um trabalho exigente, uma amostra pequena de agricultores, parece adequada. A avaliação da distância existente para a transição orgânica dos agricultores permite dimensionar os esforços necessários em termos produtivos e organizativos (acompanhamento, capacitação, financiamento, oportunidades de comercialização). Em segundo lugar, uma questão de viabilidade é relacionada à estrutura institucional (projeto coletivo) e organizativa do grupo de agricultores. A certificação participativa necessita do protagonismo real dos grupos de agricultores vizinhos nos processos de

monitoramento e verificação da adequação das práticas: os “grupos de pares” tornam-se verdadeiros “núcleos de certificação”. Isto somente é possível quando existem relações de cooperação e de confiança preexistentes entre os membros do grupo. Os pares são mais compreensivos, porém são os fiscais e os críticos mais exigentes. Um grupo de agricultor que coopera somente no momento de compartilhar alguns benefícios pontuais dificilmente poderá criar um mecanismo perene de cooperação horizontal e de ajuste mútuo. A relação dos sócios com a direção e as instâncias de decisão da organização também deve ser caracterizada idealmente pela proximidade e a confiança. A organização deve enfim demonstrar capacidades de ajustes organizativos, pois a certificação participativa exige a criação de novas instâncias de tomada de decisão (atribuição dos certificados, exigências de ajustes dos Planos de Manejo individuais, monitoramento das decisões), que tendem a modificar o funcionamento anterior do grupo.

Queremos apontar algumas conclusões também no que se refere à parceria entre a Universidade e a cooperativa para a implantação da certificação. O processo que analisamos não pode ser identificado como “difusão”

ou “extensão”, lembrando a crítica que o Paulo Freire fazia à extensão rural (FREIRE, 1979). Mesmo se o MAPA elaborou uma série de conceitos relacionados à certificação participativa (aproveitando a experiência anterior da Rede ECOVIDA), a implantação do mecanismo é totalmente dependente das condições do grupo solicitante. A relação a ser construída entre as entidades de assistência técnica do tipo Universidade e a organização de agricultores se assemelha ao que descrevemos como “busca coativa de soluções” (DARRÉ, 2006), metodologia que dialoga com a POA e que tem relação direta com a construção social da tecnologia. O processo deve permitir a progressiva percepção pelos atores (agricultores, Universidade) da problemática e das perspectivas colocadas, à medida das realizações. Desta percepção, os atores vão adequando suas relações,

associando novos parceiros se há necessidade, e progredindo nas suas realizações. Do ponto de vista da Universidade, esta situação exige a renúncia de qualquer metodologia ou pacote de soluções preconcebidas, numa dinâmica de trabalho próxima da pesquisa-ação, na qual os recursos da pesquisa são mobilizados em função das necessidades da ação.

A implantação da certificação participativa por grupos de agricultores familiares apresenta nítidas vantagens em termos de controle do processo de produção e de autonomia na estratégia de comercialização. Em contrapartida, exige uma coerência e uma organicidade mais expressivas das suas organizações. Em termos de assistência técnica, as entidades de apoio devem atuar em ruptura com o modelo difusionista ainda prevalente.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. et al. High spatial resolution land use and land cover mapping of the Brazilian Legal Amazon in 2008 using Landsat-5/TM and MODIS data. *Acta Amazonica*, Vol 46 (3) 2016: 291-302.

BRASIL. **Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

CALLON, M. La dinámica de las redes tecno-económicas. In: THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociologia de la tecnologia. Ciência, tecnologia e sociedad.** 1. ed.

Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. p. 147–184.

CALLON, M. **L'emprise des marchés: comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer.** Paris: La Découverte, 2017.

CAPORAL, F. R. (Org.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Recife: Ed. do Coordenador, 2015.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr., A. E. *et al.* (orgs.) **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15–64.

DARRÉ, J.-P. **A produção de conhecimento para a ação. Argumentos contra o racismo da inteligência.** Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. (Epistemologia e Sociedade).

DARRÉ, J. P. **La recherche coactive de solutions entre agents de développement et agriculteurs.** Paris, Nogent sur Marne: GRET, 2006. (Etudes et Travaux).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLIESSMAN, S. R. Seção IV. Fazendo a transição para a sustentabilidade. In:

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001. p. 565–612.

HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D. (Orgs.) **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: histórias e experiências.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

IBGE. **Censo 2010, Irituia.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/pesquisa/23/27652?detalhes=true>> Acesso: 29 set. 2020.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** London; New York: Routledge, 2004.

MEDEIROS, M. **Sendas da Sustentabilidade no Desenvolvimento Rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo.** 2017. 336 f. Tese de Doutorado em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica.** MAPA. Coordenação de Agroecologia. – Brasília: Mapa/ACS, 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Caderno do Plano de Manejo Orgânico.** 2011. Acesso em <http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Caderno do Plano de Manejo Organico.pdf>> Acesso: 28 set. 2020

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Relação dos**

Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/ENDEREOSDECE RTIFICADORASEOPAC2.docx>. Acesso em: 05/10/2020.

ROCHA, A. C. DE O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense.** 2020. 118 f. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural.** PGDR Estudos Rurais. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93–140.

SERVA, M.; ANDION, C. O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos—uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia. In: **II Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ambiente e Sociedade, 26 maio 2004, Indaiatuba. Anais.** Indaiatuba: ANPPAS, 26 maio 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/index.html>.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (capítulo 4). In: DE AQUINO, A. M.; DE ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** 2. ed. E-Book. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa, 2012.

THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociologia de la tecnologia.** 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. (Ciência, tecnologia e sociedad).

THOMAS, H. Estruturas cerradas versus procesos dinámicos: trayectorias y estilos de innovación y cambio tecnológico. In: THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociologia de la tecnologia. Ciência, tecnologia e sociedad.** 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. p. 217–262.

VAN DER PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: CHARÃO MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural.** PGDR Estudos Rurais. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 21–52.